

RELAÇÃO INDIVÍDUO E SOCIEDADE: MEDIAÇÃO PELOS GRUPOS E PELAS INSTITUIÇÕES

Paola Carloni

RESUMO

A relação entre indivíduo e sociedade é mediada pelos grupos que se constituem nas instituições. Desse modo, a primeira instância de sociabilidade humana são grupos como a família, a religião e a escola. Este artigo pretende entender a dinâmica existente na relação entre sujeito e grupos e ainda como estes se relacionam com as instituições sociais. Processos relacionados a constituição de maiorias e minorias psicológicas nos grupos e ainda a realização da tarefa ou sua impossibilidade pela pré-tarefa são assuntos desse artigo. Para isso, autores da psicologia social como Kurt Lewin e Pichon Riviere serão abordados para auxiliar na compreensão das relações sociais mediadas pelos grupos. Esses autores nos ajudam a perceber o quanto a relação entre indivíduo e sociedade é complexa e entendê-la é fundamental para a compreensão das relações humanas como um todo.

Palavras-chaves: Grupos, instituições, dinâmica, psicologia social.

INTRODUÇÃO

Para compreender a constituição dos indivíduos é preciso primeiro entender a sua relação com o social, que é mediada pelos grupos. O grupo se instaura como uma relação privilegiada entre o sujeito e a sociedade. Num primeiro momento nos socializamos a partir de grupos como a família, a religião, a escola. A relação do sujeito com a sociedade será sempre mediada pelos grupos que se inserem nas instituições.

Para entender este processo será estudado, neste artigo, a constituição dos grupos, o conceito de instituições e, de maneira inicial, algumas teorias da dinâmica dos grupos para entender tal processo.

Este artigo não pretende esgotar as questões da área, mas, ao contrário, suscitar no leitor o interesse por tal tema para que compreenda que as relações sociais são mais complexas do que nos parece em um primeiro momento. Assim, é fundamental para qualquer profissional, dessa sociedade, entender sobre esta dinâmica entre sujeito e grupo para que possa, a partir de uma base teórica, recriar a prática, seja ela no aspecto profissional ou mesmo pessoal.

As primeiras descobertas da Psicologia Social sobre a relação entre indivíduo e sociedade.

As mudanças ocorridas no modo de produção da Modernidade, marcadas definitivamente pela Revolução Industrial, iniciada em 1789, alteraram profundamente a dinâmica de organização social desde então. Preocupados em agrupar os trabalhadores próximos às fábricas para diminuir o custo com o transporte e aumentar as horas de trabalho,

o século XIX viu nascer um conceito novo, até então inexistente, o conceito de multidão, também conhecido por massa.

Vários foram os autores que se inclinaram ao estudo desse novo fenômeno social, mas um autor se destaca por tentar entender esse processo em um livro chamado “A Psicologia das Massas” de 1855. Gustav Le Bon foi o primeiro a tentar entender o que se passa em um aglomerado humano. Apesar de o primeiro a estudar este fenômeno, na perspectiva psicológica, ele ainda o faz de maneira incipiente.

Se os indivíduos do grupo se combinam numa unidade, deve haver certamente algo para uni-los, e esse elo poderia ser precisamente a coisa que é característica de um grupo. Mas Le Bon não responde a essa questão; prossegue considerando a alteração que o indivíduo experimenta quando num grupo, e a descreve em termos que se harmonizam bem com os postulados fundamentais de nossa própria psicologia profunda (FREUD; 1976, p.18).

Ao longo do fim do século XIX e início do século XX vários foram os estudos que tentaram dar conta de tal tema, nas mais diversas áreas: Psicologia, Sociologia, Comunicação e outras. O próprio Freud (1976), que tem em seus primeiros escritos o olhar para o sujeito e seu inconsciente, escreve as chamadas obras culturalistas em que tenta entender a relação entre indivíduo e sociedade. No entanto, no âmbito da chamada Psicologia Social, os primeiros estudos complexos serão realizados por Kurt Lewin, considerado o fundador dessa área da Psicologia, mesmo que vários outros tenham se aventurado por este estudo antes deste autor.

Assim, até meados do século XX, a relação entre sujeito e sociedade era estudada de maneira fragmentada em Psicologia, analisando a influência de um sobre o outro. Segundo Mailhiot (1970), a partir da primeira metade do século, esta concepção é modificada pelos estudos de Kurt Lewin. Para este autor, há uma dinâmica que constitui os grupos. O grupo não é uma simples soma de indivíduos, mas há uma relação entre os indivíduos e o grupo. Este postulado modifica toda a compreensão teórica da Psicologia Social ao entender os grupos. Diversos outros autores formularam teorias partindo da premissa de que o grupo não é a mera soma de indivíduos, mas que há relações complexas estabelecidas no processo grupal.

É possível perceber que os grupos são formados por meio de uma dinâmica, ou seja, um movimento, e se constituem nas instituições. Segundo Lourau (1975), instituição é uma norma universal ou considerada como tal, ou seja, são conjuntos de normas e regras que regulam a relação entre os homens. Toda instituição é sócio histórica. São exemplos de instituição a família, o Estado, a religião, uma universidade, uma empresa, etc. Para ele:

enfim, formas sociais visíveis, porquanto dotadas de uma organização jurídica e/ou material, por exemplo, o sistema escolar, uma empresa, uma escola, um hospital, o sistema industrial, o sistema hospitalar de um país são chamados instituições (LOURAU, 1975, p.9).

As instituições estruturam as experiências e as relações dos sujeitos, na medida em que os sujeitos constituem e são constituídos por elas. Para Lapassade (1977), mudanças institucionais alteram aspectos psíquicos. Para o autor, “no grupo institucional, desde o seu nascimento, cada um vê a sua obrigação definida” (LAPASSADE, 1977, p.250). Desde mudanças simples, como trocas de espaços físicos, reformas, ou trocas de salas, à mudanças mais complexas, como a entrada de novos membros ou alteração de cargos e salários, podem alterar profundamente a estruturação psíquica dos membros do grupo.

Desta maneira, o grupo seria a possibilidade de mudança social e psíquica, na medida em que se constitui lutando contra a serialização¹. “O grupo é, portanto, o inverso da serialidade. Ele constitui-se por meio e no interior da dispersão que precede o grupo; ele mantém a sua existência graças a uma luta permanente contra uma volta, sempre possível, dessa dispersão” (LAPASSADE, 1977, p.228 e 229).

Assim, é possível estabelecer que os grupos se estabeleçam em uma relação entre o sujeito e o social. O indivíduo se constitui na relação com o outro e o que faz a mediação desta relação é o grupo. Os processos de grupo perpassam todas as relações humanas. Cada grupo possui uma dinâmica própria, singular. Um grupo não é apenas a soma de indivíduos, mas possui uma dinâmica própria, que se desenvolve como movimento.

Segundo Mailhiot (1970), Lewin teoriza que a gênese do grupo diz respeito ao seu processo. Como ele se constitui dá indícios de sua forma de funcionamento posterior.

Com Lewin e a partir dêle, o interesse dos pesquisadores desloca e dirige-se para as atitudes coletivas. Os comportamentos em grupo e as atitudes sociais também constituem um objeto de exploração e de experimentação em psicologia social. O que muda, radicalmente, é a abordagem e a metodologia que se tornam dinâmicas e gestálticas a partir de Lewin. Para definir cientificamente os comportamentos em grupo e as atitudes sociais os pesquisadores referem-se ao que são e devem ser os comportamentos de grupo e as atitudes coletivas (MAILHIOT, 1970, p. 50).

¹ Segundo Lapassade (1977, p.227) “Na ordem dos grupos humanos, o conceito fundamental utilizado por Sartre para descrever a reificação dos grupos é o conceito de série (e o conceito dele resultante, da serialidade). A série é uma forma de “coletivo” (quer dizer, um conjunto humano) que recebe do exterior a sua unidade”. Há, portanto, diversos exemplos de séries, como as filas de espera, pois aí não há uma totalidade, mas uma massificação, ao contrário do grupo. Para este autor o grupo é o contrário da série.

Até a primeira metade do século XX, antes de Lewin desenvolver sua teoria, as pesquisas davam ênfase à influência do indivíduo no grupo ou do grupo no indivíduo, não se atentava para a dinâmica estabelecida entre ambos. O autor desenvolve estudos a respeito desta dinâmica entre o coletivo e muda a visão da psicologia social desde então, dando inclusive um lugar para esta área dentro da ciência Psicologia. "Os comportamentos dos indivíduos enquanto seres sociais são função de uma dinâmica independente das vontades individuais. Os fenômenos de grupo são irreduzíveis e não podem ser explicados à luz da psicologia individual" (MAILHIOT, 1970, p.50). Por isso a importância de uma Psicologia Social, em que o olhar não é para a psicologia individual, mas para a relação entre indivíduo e grupo, ou entre o sujeito e o social.

Teorias sobre a dinâmica dos grupos

Várias são as teorias que tentam entender a dinâmica dos grupos a partir do olhar complexo que Lewin deu à questão. Em especial, neste artigo, foram eleitas algumas consideradas fundamentais para o início de um entendimento dessas relações. Foram selecionadas teorias do próprio Kurt Lewin e do psicanalista argentino Pichon-Riviere.

Para Pichon-Riviére apud Berstein (1986) um grupo é um conjunto de pessoas unidas por variáveis de tempo e espaço que está articulado por uma tarefa comum. A tarefa é, portanto, o objetivo comum de um grupo. Todo grupo tem uma tarefa a ser realizada. Impedimentos na realização dessa tarefa, ocasionados por ansiedades que levam a uma pré-tarefa, trazem para o grupo uma nova tarefa, elaborar esses medos e ansiedades.

Isto é, há duas tarefas: uma explícita (reelaborar a informação), e outra implícita (elaboração das ansiedades e rupturas dos mecanismos de dissociação que perturbam o processo de aprendizagem). A primeira não se pode dar bem sem a segunda (BERSTEIN, 1986, p.118).

Todo grupo possui uma tarefa explícita, comum ao conhecimento de todos os membros, dialogar sobre a melhor maneira de realizá-la, ou seja, planejar, reelaborar a informação é fundamental para executá-la, mas além dos mecanismos conscientes referentes à tarefa, há aspectos inconscientes, que levam ao impedimento da realização da tarefa.

Ao explicar a teoria de Pichon-Riviere, Berstein (1986) diz que o grupo é um espaço em que as ansiedades dos membros são estimuladas, ansiedades estas que estão relacionadas aos medos. "Frente às situações de mudança, surgem os medos básicos: o medo da perda e o medo do ataque" (BERSTEIN, 1986, p.109). O primeiro medo está ligado à perda daquilo que

já se tem, é uma ansiedade depressiva e o segundo está relacionado ao desconhecido, que o indivíduo considera perigoso, seria a aparição de uma ansiedade paranóica ou persecutória.

Esses dois momentos são bem percebidos quando, em uma sala de aula, por exemplo, os alunos são levados a falar em grupo ou organizar uma atividade juntos. Uma série de ansiedades são suscitadas que podem até impedir a realização de uma tarefa que em um primeiro momento parecia simples.

A demora em realizar a tarefa está diretamente ligada à essas ansiedades. As ansiedades são muitas vezes inconscientes. Esses medos podem levar à paralisia do grupo, o que gera resistência à mudança, que é improdutivo pra qualquer processo grupal. Quanto maior a ansiedade e a dificuldade em elaborá-la, menos o grupo entra na tarefa ou em sua razão de ser. Uma possibilidade de elaborar esses medos e entrar na tarefa seria a realização de análises e reflexões no grupo.

Em qualquer grupo há ansiedades básicas circulando, o que pode provocar resistência às mudanças dependendo da intensidade destas ansiedades. Há um investimento de energia por parte dos membros para manter a resistência, pois mudanças podem ser sentidas como ameaça pelos membros que se encontram em um lugar bem acomodado dentro do grupo.

Por causa da ansiedade, os grupos geralmente podem ficar um bom tempo na pré-tarefa antes de conseguir realmente se engajar na tarefa. Ou mesmo não realizar a tarefa e até se dissolver. A pré-tarefa se refere a todo impedimento em relação à realização da tarefa. Elaborar as ansiedades também é tarefa do grupo, mas ao contrário do que se é explicitado como razão de ser do grupo, é uma tarefa implícita. Assim, todo grupo, seja na empresa, na religião, ou na família, deve parar por alguns instantes e, juntos, fazer auto-reflexões sobre as ansiedades e medos que permeiam aquele grupo.

Pichon-Riviere apud Berstein (1986) explica que não há uma indissociabilidade entre cognição e afeto, pois sem a elaboração dos afetos de ansiedade, o aspecto cognitivo pode até mesmo ser impedido de realizar a tarefa. Assim, um grupo está sempre em constante transformação na medida em que elabora afetos, realiza a tarefa, estabelece um projeto, elabora novas ansiedades, realiza novas tarefas, sempre em movimento. “Isto é, leva-se em conta o passado, porém hierarquiza o presente (tarefa), em função do futuro (projeto-prospecção-progressão)” (BERSTEIN, 1986, p. 121).

O autor considera que há uma positividade na heterogeneidade do grupo, menos quando a diversidade propicia um bloqueio, sendo chamada, neste caso, de atravessamento. Toda instituição é composta por membros que compõem outras instituições. Os conteúdos

trazidos das outras instituições podem gerar um bloqueio nas discussões do grupo, o que se constitui como atravessamento. Quando os conteúdos trazidos de outras instituições promovem um impedimento que ocasiona um bloqueio nas discussões e crescimento do grupo se dá o processo de atravessamento.

Quando ocorre o contrário e os conteúdos trazidos de outras instituições promovem o crescimento e um diálogo que possibilite o convívio com o diferente no grupo, esses conteúdos se constituem como transversalidade. A transversalidade é, portanto, o momento em que os conteúdos trazidos de outras instituições promovem o convívio com o diferente sendo possibilidade de crescimento no grupo.

Há sempre a relação de uma instituição em outras, seja como atravessamento, ou como transversalidade. Por exemplo, a religião pode atuar como atravessamento quando seus dogmas impedem que sujeitos realizem determinadas tarefas em outros grupos, ou como transversalidade quando alguns de seus valores possibilitam que em outros grupos o sujeito possa se relacionar de maneira aberta trazendo esses conhecimentos como forma de contribuição.

Nesta perspectiva, o sujeito não pode ser pensado separado do grupo, pois há uma relação entre ambos. Assim, é importante estabelecer que no grupo há conteúdos depositados. Os membros e o grupo são depositantes e depositários uns dos outros. “Aparece o jogo das três letras D, onde o doente mental surge como o “depositário” de todas as patologias e ansiedades do grupo familiar, as quais são “depositantes”. E o que depositam, ou o “depósito”, são justamente essas ansiedades, essa patologia” (BERSTEIN, 1986, p. 109).

Nessa relação do depositar há complexos mecanismos de atribuição e assunção de papéis. Os papéis são atribuídos e o sujeito assume o papel. Não é uma simples relação de vítima e algoz. O grupo se torna depositário para os sujeitos, ao mesmo tempo em que deposita nele. O indivíduo assume o papel que o grupo lhe atribui e também atribui papéis a outros membros do grupo na medida em que deposita seus conteúdos no grupo.

Outro conceito importante desenvolvido dentro das teorias da Psicologia Social é o de maiorias e minorias psicológicas de Kurt Lewin. Nesta concepção maiorias e minorias não se referem a quantidades, ou maioria e minorias demográficas, mas à capacidade de se auto-determinarem. A relação entre maioria e minoria não é de diferença, em que há a constituição de identidades distintas com autonomia e respeito, mas de desigualdade, em que há o poder de um sobre o outro. É preciso entender que a sociedade se constitui na diferença, mas a diferença não pode virar desigualdade, como ocorre no processo de maioria e minoria.

Um grupo é considerado fundamentalmente como *maioria psicológica* quando dispõe de estruturas, de um estatuto de direitos que lhe permitam auto-determinar-se no plano do seu destino coletivo, independente do número ou da porcentagem de seus membros (MAILHIOT, 1970, p. 30).

Além dos grupos estabelecerem relações de minoria e maioria entre si, dentro dos próprios grupos tais processos também se dão. Alguns membros podem constituir a maioria à medida que se auto-determinam e decidem pelo futuro dos demais membros, assim como estes demais membros constituem a minoria, pois tem sua vida decidida pelo grupo que compõe a maioria. Dentro da minoria há membros mais próximos da maioria, que são denominados por minoria privilegiada, já os mais afastados constituem a minoria desprivilegiada ou discriminada.

A existência da minoria, conforme explica Mailhiot (1970) se referindo à teoria de Lewin, só é possível pela tolerância da maioria no meio ao qual o grupo se insere. A maioria tende a exercer controle e represálias contra a minoria, principalmente em momentos de crises, para descontar seu ódio, agressividade, privações e frustrações. Em relação às maioria, Mailhiot (1970, p.39) explica que "por mecanismos de deslocamento sua agressividade torna-se extrapunitiva com relação às minorias sem defesa".

Para o autor, a constituição das minorias pode ser definida de maneiras diferentes, tanto em relação à estrutura quanto à dinâmica desses grupos. Quando o aspecto analisado é a estrutura, há diversas camadas. No centro, as mais solidificadas, composta por membros que aderem mais contundentemente aos valores e tradições que distingue seu grupo dos demais. Na periferia do grupo as camadas fluidas, que experimentam uma ambivalência em relação ao que distingue e isola seu grupo da maioria.

Quando o aspecto observado é a dinâmica, há dois campos de força. Por um lado, a coesão, marcada pela tradição da minoria, que se constitui como um núcleo da própria minoria, com suas raízes históricas e culturais, como, por exemplo, a cultura negra ou indígena, que possui diversas características que identificam seus costumes e crenças históricas e de outro, uma influência exercida pela atração em relação à maioria, que tende a dissolver a identidade da minoria, segundo Mailhiot (1970). Como por exemplo a imposição do homem branco em relação ao índio e o assumir desses povos em relação a cultura dos brancos que se tornou maioria psicológica no novo mundo quando ocorreu a colonização, relegando o índio à condição de minoria e dizimando esses povos.

Diante desta contradição, entre a cultura e a identidade da própria minoria e as tradições da maioria exercendo forte influência e mesmo dissolvendo alguns costumes do grupo dominado, resta a dúvida sobre o futuro da minoria. Mailhiot (1970, p.42) responde à questão: "segundo Lewin, o futuro das minorias, assim como sua origem e existência, é antes de tudo social".

A pressão sofrida pelo grupo subjogado modifica os rumos de seu futuro, pois "o futuro das minorias não se coloca nos mesmos termos de superação em que se coloca o futuro de um grupo normal que não sofre nenhuma pressão" (MAILHIOT, 1970, p.43).

A possibilidade de superação em relação à maioria levaria a minoria a uma maturidade, pois a possibilidade de reconhecimento de sua identidade e a luta para preservá-la possibilitaria a existência de um grupo autônomo, que saiba decidir sobre seu futuro e não se deixe dominar facilmente ou mesmo se auto-deprecie. "Quanto às minorias que tentam assegurar sua sobrevivência pela independência em relação à maioria, suas atitudes coletivas são de um nível mais adulto" (MAILHIOT, 1970, p.44). Para o autor, a possibilidade de um futuro autônomo e independente da minoria em relação à maioria estaria justamente em sua coesão e reconhecimento como um grupo com características próprias. Em relação à maioria Mailhiot (1970, p.44) explica que

elas ganharão em maturidade se à identificação positiva com o grupo na qual inspiram-se seus comportamentos, vierem acrescentar-se, ao mesmo tempo, a capacidade de proceder periodicamente a autocríticas e a vontade de conseguir eventualmente sua independência pela interdependência com os outros grupos étnicos.

Os tipos de grupos

Calderón e DeGovia (1978) teorizam sobre tipologia de grupos, que auxiliam no entendimento dos processos grupais. Para os autores existem quatro tipos de grupos: aglutinado, possessivo, coesivo e independente. Esses quatro tipos conceituais não são puros na prática, pois a realidade é complexa e rica e na teoria é preciso definições conceituais, estabelecendo as tipologias como uma referência. Um grupo pode migrar de um estágio para outro sempre que aparecem novas situações que geram ansiedades. O ideal de um grupo é que se mantenha independente.

Para os autores, no desenvolver dos grupos e ao longo de sua história, cada grupo estabelece relações entre os membros e entre o grupo e grupos externos. Justamente por este motivo não há uma rigidez na definição do tipo de grupo, pois ela diz respeito ao momento da

observação, visto que ao longo desses contatos entre os membros e entre o grupo e grupos de fora, o próprio grupo se modifica, pois é um constante vir a ser, um movimento e, portanto, não é rígido. Um grupo pode sair de uma tipologia e passar para a outra ou mesmo possuir característica de mais de uma delas.

O grupo aglutinado é o momento de início de qualquer grupo, em que pessoas descobrem necessidades comuns e propõem ações conjuntas para solucioná-las. Estes grupos, mesmo que às vezes identificados como não-grupo, são grupos (CALDERON e DEGOVIA, 1978).

Segundo os autores, neste momento em que uma pessoa toma a frente para solucionar a situação conflitiva há o surgimento do líder, pelo menos para alguns. Há algum tipo de institucionalização que permite a esse grupo se desenvolver, mesmo que ainda haja pouca organização, atravessamentos e serialização.

O líder que se constitui é atravessado e autoritário, ele monopoliza as ações, os recursos são escassos e os membros possuem pouca importância. Não há ainda uma ideologia do próprio grupo e nem a concepção de grupo sem o líder, que é o condutor. Não há um entendimento de "nosso grupo", mas há uma situação de passagem para a próxima tipologia (CALDERON e DEGOVIA, 1978).

Numa segunda fase de desenvolvimento há o estabelecimento do grupo possessivo. À medida que o desenvolvimento do grupo requer mais participação dos membros, recursos e atividades iniciais, a liderança tende a se descentralizar. Os membros passam a se conhecer e perceber interesses comuns.

Há a presença de um líder, mas o líder não é mais tão importante. O líder se torna um mediador ou, um coordenador de funções. Os membros passam a perceber seu valor dentro do grupo. Essa fase é muito importante no desenvolvimento do grupo, pois incorpora os membros às atividades do mesmo. Os membros se apegam emocionalmente aos recursos e funções e tentam conseguir mais adeptos para o grupo. Há um sentimento de pertencimento ao grupo.

Com base na divisão de funções, ocorridas na fase possessiva, o grupo evoluiria para a terceira fase, segundo Calderón e DeGovia (1978), a coesiva. A segurança, iniciada na segunda fase, se fortalece e o grupo reconhece que lutou por algo. Os membros percebem o valor uns dos outros. Há uma aceitação mútua, inclusive do líder, que costuma ser democrático. Há um aumento do encontro nos tempos livres extra-grupo, como festas,

viagens, etc. Há uma relação de interdependência entre os membros que se tratam pelo nome. O ingresso de novos membros é dificultado.

A grande quantidade de recursos, seja material, intelectual, ou cultural, adquirida pelo grupo coesivo permite a este grupo investir em atividades que beneficiem o humano, especialmente programas de educação. Este projeto educativo, que promove o crescimento dos membros, leva a um aproveitamento cada vez maior dos recursos do grupo, caracterizando novas formas de relação, com a liderança distribuída entre os membros, sem a necessidade de uma figura centralizada, independência entre os membros, sem relações de dominação e subordinação. Este processo que caminha o grupo coesivo leva a quarta fase, o grupo independente.

Na quarta e última fase de desenvolvimento dos grupos, o grupo independente não necessita de um líder, mas os membros desempenham essa função como um todo, tendo maturidade para decidir democraticamente sem a figura de um mediador. Segundo os autores, os grupos sempre começam aglutinados e podem passar para as outras tipologias, em seu constante vir a ser. Idealmente falando o objetivo do grupo é se tornar independente.

Apenas a ação em prol de uma base comum pode promover uma verdadeira independência. Os membros possuem grande responsabilidade, pois são conscientes de que sua ação não pode ser individualista, mas em prol do benefício do grupo como um todo. O grupo possui a capacidade de se auto-gerir e atua em benefício do desenvolvimento humano.

CONCLUSÃO

Percebe-se, a partir do artigo, que pensar os processos grupais não é tarefa simples e exige um aprofundamento teórico em uma relação com a prática. Assim, processos de dominação se instauram a partir do não conhecimento das dinâmicas próprias dos grupos sociais.

A possibilidade de uma sociedade livre e igual perpassa a consciência de si, tanto enquanto sujeitos, mas principalmente, enquanto membros de uma coletividade. Entender esses mecanismos de constituição social é fundamental para entender os processos de desigualdade e exclusão.

Este artigo teve como objetivo apontar alguns caminhos para tal estudo dentro da Psicologia Social. É importante ressaltar que tais estudos se constituem de uma maneira muito mais complexa do que aqui apresentada nessas poucas páginas e possui ainda diversos outros autores que contribuíram e contribuem de maneira significativa. A questão posta aqui foi a de

tentar problematizar a questão para que o próprio leitor se interesse por pontos e temas mais complexos e entre em contato com outras bibliografias da área.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERSTEIN, M. *Contribuições de Pichon-Rivière à Psicoterapia de Grupo*. In: Osório, L.C. *Grupos e hoje*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1986.

CALDERON, J. e DEGOVIA, G. C. C. *El grupo operativo: teoria y práctica*. México: Ed Extempor Aneos, 1978.

FREUD, S. *Psicologia de Grupo e a Análise do Ego. Dois Verbetes de Enciclopédia*. Rio de Janeiro: Imago Editora Ltda, 1976.

LAPASSADE, G. *Grupos, Organizações e Instituições*. Rio de Janeiro: F. Alves, 1977.

LOURAU, R. *A Análise Institucional*. Petrópolis: Vozes, 1975.

MAILHIOT, G. B. *Dinâmica e Gênese dos Grupos*. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1970.

PICHON-RIVIÈRE, E. *O Processo Grupal*. São Paulo: Ed Martins Fontes, 2005.

PICHON-RIVIÈRE, E. *Teoria do Vínculo*. São Paulo: Ed Martins Fontes, 2007.